

Desemprego recua 0,1% no período eleitoral

Mariana Flores
Correio Braziliense



22/9/2006

Desemprego, segundo o IBGE, praticamente não diminui e continua acima de 10% desde fevereiro, ao contrário do que gostaria o governo federal. Número de um dígito seria melhor para reeleição de Lula

Os números do desemprego no país não devem ajudar muito na campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A dez dias das eleições o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem a Pesquisa Mensal de Emprego com uma redução ínfima no volume de desempregados em agosto, de 0,1% em relação a julho, e uma elevação em comparação com o mesmo mês do ano passado. A taxa, que em agosto de 2005 estava em 9,4%, saltou para 10,6% no último mês.

O volume de desempregados de um ano para outro teve um incremento de 355 mil pessoas. Ac todo 2,4 milhões de trabalhadores estão à procura de uma vaga. Há sete meses a taxa se mantém acima de 10%, contrariando a expectativa do governo de ter um índice com apenas um dígito, como se manteve até janeiro de 2006. Um número menor seria mais bem usado na campanha à reeleição do presidente Lula.

Com um crescimento aquém do esperado nos últimos meses, a economia brasileira não conseguiu absorver a mão-de-obra que entrou no mercado de trabalho. Entre agosto de 2005 e o mês passado o número de contratações foi alto, ressalta o gerente da pesquisa de emprego do IBGE, Cimar Azeredo, mas não o suficiente para empregar os 913 mil trabalhadores que passaram a procurar uma vaga no período. De um ano para outro o saldo de postos de trabalhos gerados ficou em 558 mil. Só em agosto deste ano foram 226 mil empregos a mais.

Mais vagas

De janeiro de 2003, início do governo Lula, até o mês passado foram criadas 2,1 milhões de vagas formais e informais. Apesar de estar bem distante dos 10 milhões de empregos prometidos por Lula na campanha presidencial de 2002, o resultado é bom, na opinião do economista Marcelo Ávila, consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O número de vagas criadas foi elevado se considerarmos que foi só em seis regiões, mas elas representam 30% dos empregos do país, com certeza não chegaria a 10 milhões estendendo para todo o país. O mercado de trabalho não mostrou um crescimento elevado como deveria ter no primeiro semestre em função do baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), afirma Ávila.

A elevada quantidade de pessoas que começaram a buscar um emprego desequilibrou a balança, segundo especialistas. Desde agosto do ano passado o volume de pessoas com idade ativa (dez anos ou mais de idade) nas seis regiões aumentou 2,1%, enquanto o número de trabalhadores ocupados ou em busca de um posto ficou 4,1% maior. O normal seria um crescimento próximo para evitar desequilíbrio no mercado de trabalho.

O nível elevado de empregos formalizados e os salários maiores estimulam as pessoas a saírem em busca de emprego. Além disso o período eleitoral faz com que as pessoas saiam à procura em função da geração de vagas para trabalhar nas campanhas, analisa Azeredo, do IBGE.

A proximidade com o fim de ano também ajuda. De olho no aquecimento das vendas em função do Natal, a desempregada Edileuza Rocha, de 25 anos, começou uma maratona nas últimas semanas. Distribuiu currículos em diversas lojas, fez entrevistas e recorreu a agências de emprego. Mas nem todo o esforço garante que ela deixe o contingente de desempregados do país, mesmo tendo diploma de conclusão do ensino médio. Há quase dois anos ela busca uma vaga. O último emprego, e o único com carteira assinada, foi como atendente de uma pizzaria. Já deixei currículos em lojas, supermercados, escritórios e nada. Quero emprego de qualquer coisa, só quero trabalhar, afirma. Segundo a pesquisa do IBGE, 20,5% dos pesquisados estão desempregados há mais de um ano.

A maior faixa, no entanto, 69,2% procura emprego há no máximo seis meses. É o caso de Eduardo Ribeiro, de 24 anos. Desde que deixou de trabalhar como frentista em um posto, há cinco meses, distribui currículos em empresas de diferentes ramos. Até entrevista está difícil. Fiz uma hoje (ontem), mas há muito tempo não fazia, reclama o estudante de radiologia, que sonha voltar para o curso de administração trancado em uma faculdade particular.

Renda cresce em agosto

Na contramão do emprego, o rendimento dos brasileiros teve uma alta de 3,5% entre agosto de

2005 e o mesmo mês deste ano. Em média, a renda passou de R\$ 1.001,21 para R\$ 1.036,20 no período. Em comparação com julho, o crescimento chegou a 0,7% e foi verificado em todas as seis regiões metropolitanas aferidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "O rendimento cresceu devido ao aumento real no salário mínimo, à inflação mais baixa e ao crescimento do trabalho com carteira assinada", afirma o gerente da PME, Cimar Azeredo.

Também contribuíram o reajuste dos salários dos funcionários públicos — só o governo federal aumentou o rendimento de 80% de seus servidores — e dos trabalhadores da iniciativa privada — 95% das correções salariais do primeiro semestre cobriram a inflação —, segundo o economista Marcelo de Ávila, consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Todos estes fatores puxaram a média salarial para cima", afirma.

Desde agosto de 2005 o rendimento médio dos trabalhadores da iniciativa privada aumentou 3,7%, chegando a R\$ 955. Quem tem carteira assinada recebeu R\$ 1.047,70. E os trabalhadores sem carteira, R\$ 697,20. No setor público o incremento foi de 5,8% no período. No mês passado o salário médio dos servidores chegou a R\$ 1.578,30. (MF)

Miséria cai no Brasil

A menos de 10 dias do 1º turno das eleições, a economia dará uma boa notícia ao governo Lula. Estudo a ser divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) vai mostrar que nos três primeiros anos da gestão petista a redução de miséria foi maior do que a provocada pelo Plano Real, em meados da década de 90. De acordo com o professor Marcelo Neri, autor do levantamento, após quase 10 anos de estabilidade, a taxa de miséria no país voltou a cair no ano passado, tendo atingido 22,7% da população — índice que estava em 35,3% em 1993.

Com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última sexta-feira, o estudo Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real mostra que, no período 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha de miséria caiu de 35,3% para 28,8%, uma redução de 18,4%. Quase uma década depois, em 2003 o percentual se mantinha quase no mesmo patamar: 28,2%. O índice voltou então a cair, tendo chegado no ano passado a inéditos 22,7%, um recuo de 19,5% nos três primeiros anos do governo Lula e o menos patamar desde 1992, quando a Pnad começou a ser feita.

Marcelo Neri explica que, no auge do Plano Real, a redução da miséria se deu em virtude da estabilidade da moeda, que aumentou o poder de compra da população. Já no período mais recente, destaca o economista, a melhora do indicador se deve a um crescimento generalizado na renda, que favoreceu ainda mais os pobres. "Além dos ganhos de renda e do crescimento do emprego formal, que é de melhor qualidade, as camadas mais pobres da população foram beneficiadas pelos aumentos do salário mínimo e pelos programas assistenciais, como o Bolsa Família", afirma.

No ano passado, o Bolsa Família beneficiou quase 9 milhões de famílias pobres, a maioria delas sem renda do trabalho. Além disso, o salário mínimo vem tendo aumentos acima da inflação. Em 2003, o reajuste foi de 20%, mas devido à inflação alta o ganho real foi de apenas 0,17%. No ano seguinte, no entanto, o aumento nominal de 8,33% resultou em um ganho real de 2,14%. Em 2005, o reajuste concedido pelo governo foi de 15,38%, com aumento real de 7,87%. Marcelo Neri ressalta que, em 2006, o impacto poderá ser ainda maior, pois o reajuste nominal do mínimo chegou a 16,67%, com estimativa de um ganho real superior a 13%.